

# Ética e Política: Uma Relação Indissolúvel

Pe. Dr. Márcio Bolda da Silva  
Professor de Teologia Moral

**O** artigo tem por objetivo defender a idéia de que a relação entre **ética e política** é indissolúvel, vinculante. Ética e política são duas esferas da realidade humana distintas e autônomas, porém, intimamente interligadas.

A dissociação desta relação leva a dois extremismos: o moralismo político e o politicismo maquiavélico.

## O MORALISMO POLÍTICO

No moralismo político, o que se observa é a tendência de absorver o campo sócio-político no âmbito moral. Nesta redução, os atos políticos, as estruturas sociais *grasso modo* são avaliadas e questionadas com um critério moral. A transformação da ordem sócio-política, em última análise, supõe ingenuamente a "conversão" de todos os indivíduos à prescrição moral que se apresenta como "tábua de salvação" para a resolução dos problemas sociais. No decorrer da história, este tipo de incitação moralista sempre vem à tona, só que tende a morrer, sufocado pela inércia da boa intenção.

Esta tendência à política moralizante, muitas vezes, assume a feição de uma cruzada empreendida como campanha moralizadora eleitoreira. Na opinião do cientista político Bolívar LAMOUNIER, "a moralidade foi instrumentalizada eleitoralmente por um Carlos LACERDA, um Jânio QUADROS ou, mais recentemente, um Fernando COLLOR. Nem é preciso dizer que se tratava de uma bandeira farisaica"<sup>1</sup>.

Farisaica e demagógica, pois se serve da ética como instrumento de propaganda e promoção político-partidária. O apelo moralista recai sobre o combate à corrupção, ao "mar de lama" que infesta a vida social, aos escândalos que se concentram no campo político. Apelo mascarado e falso, em razão de que toda campanha eleitoreira moralista é vista como trampolim para a ascensão política.

## O POLITICISMO MAQUIAVÉLICO

O politicismo, por outro lado, se caracteriza pela desvinculação completa, da política, do plano ético. É a forma de fazer política, colocando no ofuscamento a dimensão moral. Nesta concepção, defende-se a plena autonomia do âmbito político, não podendo assim receber interferências ou cerceamentos exteriores.

É nitidamente a **política sem ética**. Priva a ação política de qualquer referência moral. Neste caso, "se não existe nenhuma verdade última que guie e oriente a ação política, então as idéias e as convicções políticas podem ser facilmente instrumentalizadas para fins de poder. Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra"<sup>2</sup>.

Sob este prisma, vincula-se a política ao maquiavelismo, cujo único ponto seguro é a certeza de que "*os fins justificam os meios*". Como a fronteira da **licidade** permanece ultrapassada e nada regula a vida política, conseqüentemente, a lei que impera no horizonte político é a do "vale tudo" ou "tudo é permitido", a do "jeitinho", a da astúcia e da conivência, da corrupção e do interesse particular... Em última instância, é "uma série de comportamentos e atos que vão contra a dignidade humana: o furto, o reter deliberadamente coisas recebidas por empréstimo ou objetos perdidos, a fraude no comércio, os salários injustos, o aumento dos preços, especulando sobre a ignorância e a necessidade alheia, a apropriação e o uso privado dos bens sociais de uma empresa, os trabalhos mal executados, a fraude fiscal, a falsificação de cheques e faturas, os gastos excessivos, o desperdício etc"<sup>3</sup>.

**Esta tendência à política moralizante, muitas vezes, assume a feição de uma cruzada**

Tendo presente a realidade brasileira, na interpretação do antropólogo Roberto DA MATTA, a corrupção brasileira é fruto de uma ética dupla. "Existe um tipo de moralidade no espaço que os brasileiros chamam de 'rua' (que, no sentido mais amplo, significa 'espaço público'); aplica-se outra moralidade 'em casa', universo que abrange a família, os seguidores e os amigos. No âmbito da 'rua', o Brasil é como qualquer outra nação moderna. É governado pela lei universal e por instituições que, formalmente falando, se aplicam a todos os seus cidadãos. No universo da 'casa', contudo, o Brasil é governado por normas não escritas e não enunciadas que promulgam e protegem a ética do privilégio e dos que agem de acordo com ela. Conforme se diz, aqui não é a terra do saber-como-fazer, mas do saber-quem-é-quem"<sup>4</sup>.

"A corrupção política, continua DA MATTA, é um elo entre a 'rua' e a 'casa'. Já que não existe um código moral que se aplique simultaneamente às duas esferas, como acontece na maioria dos países que passaram pela modernização (a Itália é algo especial), quando alguma coisa não pode ser

feita consoante as normas da 'rua', pode ser feita sob a proteção ética da 'casa'.<sup>15</sup>

## **a corrupção brasileira é fruto de uma ética dupla**

"Eis por que a corrupção brasileira, prossegue ainda o autor citado, é tão difícil de corrigir e de processar judicialmente. A corrupção nunca é um ato individual. Sempre envolve grupos de pessoas ligadas por uma regra fundamental de associação: a troca de favores. Essa corrupção coletiva está assentada na moralidade tradicional, nas amizades consolidadas e nas oportunidades que surgem. Ela permite que crimes sejam praticados com impunidade e se caracteriza por uma arrogância intolerável"<sup>16</sup>.

A nível de América Latina, o diagnóstico que o *Documento de Santo Domingo* faz é muito sombrio: "A corrupção tem-se generalizado. Há um mau emprego dos recursos econômicos públicos; progridem a demagogia, o populismo, a 'mentira política' nas promessas eleitorais, burla-se a justiça, generaliza-se a impunidade, e a comunidade se sente impotente e indefesa diante do delito. Com tudo isso, fomenta-se a insensibilidade social e o ceticismo ante a falta de aplicação da justiça, emitem-se leis contrárias aos valores humanos e cristãos fundamentais. Não há uma equitativa distribuição dos bens da terra, abusa-se da natureza e se danifica o ecossistema" (SD 233).

Ademais, a política de corte neoliberal, predominante hoje na América Latina e no Caribe, aprofunda ainda mais as conseqüências negativas e desastrosas dos mecanismos geradores da miséria, da marginalização, da alienação. "Ao desregular indiscriminadamente o mercado, ao eliminar partes importantes da legislação trabalhista e despedir empregados, ao reduzir os gastos sociais que protegem as famílias dos trabalhadores, foram ainda mais aumentadas as distâncias na sociedade" (SD 179).

## **ÉTICA NA POLÍTICA**

Diante dessas situações de corrupção, das falcaturas desintegradoras da vida sócio-política, nunca como antes, em nosso país e na América Latina, ressaltou-se a exigência de justificar a vinculação estreita que existe entre **ética e política**. Surgiu e se espalhou por todo o país o movimento que defende a **necessidade da ética na política**. Movimento, na concepção de alguns, supra partidário, supradeológico, que não é propriedade de nenhuma tendência política, de nenhum partido. Nasceu de baixo para cima, como exigência da sociedade, como apelo à transformação e à renovação da vida sócio-política. Incrementou-se também o número de CPIs para investigar os desvios de recursos e os favorecimentos pessoais na aplicação do dinheiro público, a influência das empreiteiras nas decisões políticas ou no financiamento de campanhas partidárias.

A respeito das CPIs, para muitos, o papel mais importante que elas desempenham é a possibilidade concreta de punir pessoas que, na vida pública, transgridem as regras da moral. Após os resultados da famosa CPI dos "sete anos", alguém ousou dizer que no Brasil as revoluções, as mudanças, não se realizam, como em tantos outros países, pelo banho de

sangue, mas emergem do mar de lama da corrupção, de onde a ética sai fortalecida.

Tudo isto quer dizer que ética e política não podem caminhar paralelamente, de mãos separadas. Estão profundamente entrelaçadas. É de importância vital superar a distância provocada por atitudes e concepções reducionistas.

Na verdade, a realidade política adequadamente relacionada com a moral não precisa recorrer aos apelos persuasivos, exteriores aos fins que lhe asseguram autonomia. Em sua própria natureza, carregada de força e verdade ética, concentram-se as razões objetivas que dinamizam a autêntica práxis política. Atuar politicamente designa a ação que possui uma função eminentemente comunitária. É o agir em prol da coletividade. É justificado em sua autenticidade política, quando realiza a defesa do bem comum.

Esta interação está determinada por orientações bem práticas:

1. A vida política "encontra sua dignidade na edificação da cidade humana, onde todos têm oportunidade de realização pessoal e de comunhão solidária. Recupera-se o espírito público adotando estruturas e instituições adequadas, o que exige decisões políticas conseqüentes. Um primeiro passo se impõe: a correta relação entre o que é público e o que é particular"<sup>7</sup>.

Sendo assim, a ética privada pressupõe a ética pública. Entre elas não pode existir distância. É preciso superar a separação, segundo a expressão de Roberto DA MATTA, entre a ética "da rua" e a ética "da casa". A relação indissolúvel entre política e ética é regulada por dois princípios fundamentais: a responsabilidade pelo bem comum e a realização pessoal.

2. No âmbito político, os valores como: "a veracidade nas relações dos governantes com os governados, a transparência na administração pública, a imparcialidade no serviço das instituições públicas, o respeito dos direitos dos adversários políticos, a tutela dos direitos dos acusados face a processos e condenações sumárias, o uso justo e honesto do dinheiro público, a recusa de meios equívocos ou ilícitos para conquistar, manter e aumentar a todo o custo o poder, são princípios que encontram a sua raiz primária no **valor transcendente da pessoa** e nas exigências morais objetivas do governo dos Estados"<sup>8</sup>.

Quando estes princípios não são respeitados e observados, o fundamento da convivência política fica debilitado, como toda a vida social, ameaçada, inclinada à dissolução. Para evitar semelhantes desvios e abusos, é necessário recuperar o espírito público, tanto na administração como na vida pública.

## **o movimento que defende a necessidade da ética na política**

3. Para isso, uma medida objetiva e necessária é a descentralização do poder, favorecendo a participação dos diversos níveis através das organizações não governamentais (ONGs), como os sindicatos, as escolas, as Igrejas, as várias associações etc. Estas organizações, devidamente orientadas, garantem o controle do poder político, apelando para o exercício da responsabilidade cívica.

4. No que tange aos serviços públicos, os critérios éticos que os norteiam são a eficiência, o fácil acesso, que sejam feitos com sensibilidade e com critérios humanos, que estejam guiados pelo "senso do serviço". Pois, "quem não se revolta com o descaso no atendimento aos usuários dos serviços públicos, a morosidade, a irresponsabilidade, o parasitismo, a falta de compaixão com o sofrimento dos pobres no INSS, nas escolas, hospitais, fóruns, delegacias e outros órgãos de atendimento ao grande público? As filas intermináveis dos aposentados, dos doentes e outras categorias humildes são o sinal mais claro da insensibilidade social e do descuido de muitos de nossos servidores" (9)

5. A formação e a moralização dos políticos é outra necessidade urgente. Deles espera-se que sejam verdadeiros "homens de Estado" e não "negociantes do poder". Por isso, faz-se mister cortar o laço que une a política aos negócios. A práxis política administra os interesses de todo o povo e não os negócios privados, as jogadas pessoais, as relações privilegiadas.

### **É preciso superar a separação entre a ética "da rua" e a ética da "casa"**

6. Se a política é, por essência, ética, refere-se fundamentalmente à justiça. A lei, dessa forma, em nosso país, precisa ser recuperada como instrumento da justiça. "Existe, no Brasil, a mentalidade de que a lei se aplica aos inimigos e o benefício aos amigos. Os pobres e pequenos são condenados; os ricos e poderosos gozam, na prática, de impunidade. Há uma constatação de que o legal freqüentemente não coincide com o legítimo"<sup>10</sup>.

Para encerrar, em sintonia com a 2ª Semana Social Brasileira (de 24 a 29 de julho p.f.), é necessário reconhecer a importância do processo de conscientização e de criação da "cidadania" política e social. Nesta perspectiva, **os pobres são os novos sujeitos políticos, os protagonistas de uma nova sociedade**. Por esta e outras motivações, devem ser o centro e a razão da legislação e da Constituição brasileira. A grande aspiração de ser pessoa, expressa no rosto dos excluídos, é o valor maior como reivindicação pela conquista dos direitos fundamentais e inalienáveis, porém negados. ♦

### **NOTAS**

<sup>1</sup> LAMOUNIER, Bolívar, in Revista *Veja*, 29-12-1993

<sup>2</sup> *Centésimus Annus*, 46

<sup>3</sup> *Veritatis Splendor*, 100

<sup>4</sup> DA MATTA, Roberto da, *The New York Times*, in Revista - *Veja*, 05-01-1994

<sup>5</sup> *Ibid.*

<sup>6</sup> *Ibid.*

<sup>7</sup> CNBB, "Ética, Pessoa e Sociedade", Ed. Paulinas, SP, 1993, p. 87

<sup>8</sup> *Veritatis Splendor*, 101

<sup>9</sup> CNBB, "Ética, Pessoa e Sociedade", p. 142

<sup>10</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 138

### **Endereço do Autor:**

*Casa Paroquial de Dom Joaquim  
cx postal 145  
88350-000 BRUSQUE, SC*

### **Política e Igreja**

# **Sabedoria e Política**

*Pe. Ney Brasil Pereira  
Professor de Exegese*

**Q**ual o político que não deseja ser sábio? Se a resposta a esta pergunta é, por certo, afirmativa, provavelmente não vale o inverso: não são muitos os sábios que desejem ou pretendam ser políticos, os sábios contentando-se com analisar, refletir, ponderar e, se for o caso, sugerir, reconhecendo que não é seu específico a

esfera e atividade diretamente políticas.

Temos, assim, contrapostos, no título deste estudo, duas realidades que gostaríamos de aprofundar no seu aspecto teológico, neste ano especialmente "político", de eleições gerais em nosso país: **Sabedoria e Política**, esta, iluminada por aquela. Pretendo iniciar com uma visão geral da Sabedoria bíblica no seu aspecto "político", evidentemente

uma visão sintética, para não ultrapassar os limites de um artigo, detendo-me depois no livro chamado "da Sabedoria", o último produzido no Antigo Testamento, deuteronômico, e considerando enfim a Sabedoria "política"<sup>1</sup> de Jesus, no Novo Testamento, para propor, depois, algumas conclusões.

## **1. A SABEDORIA "POLÍTICA" NO ANTIGO TESTAMENTO**

Embora os livros "Sapienciais", ou seja, de "Sabedoria", na forma como os temos hoje, tenham sido produzidos no período final do AT, no pós-exílio, a começar por Jó e a redação final de Provérbios (cc. 1-9 e 30-31), a Sabedoria em Israel já começou a manifestar-se por escrito desde, pelo